**OS DESAFIOS À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DIRETRIZES DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO E REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO INDÍGENA**

Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro[[1]](#footnote-1)

Jonise Nunes Santos[[2]](#footnote-2)

**Resumo:**

O trabalho analisa as metas e as estratégias pontuais para a educação escolar indígena na educação básica firmadas no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) e no Plano Municipal de Educação – PME (2015-2025) de Manaus, em articulação com as exigências do movimento indígena, especialmente as propostas aprovadas na I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – CONEEI de 2009 e as proposições para debate na II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – CONEEI de 2017. Como também, articula as reivindicações do eixo que insere a questão da educação escolar indígena nas Conferências de Educação – CONAEs, em âmbito nacional. A condução teórico-metodológica privilegia a análise documental sustentada nos fundamentos da educação escolar indígena e da escola indígena. A análise documental se utiliza dos documentos dos Planos de Educação, das Conferências, tanto nacional, quanto municipal da educação escolar indígena. Nas fontes documentais destacam-se as CONEEIs, por se constituírem em espaço próprio, portanto com maior riqueza nas discussões e, consequentemente na deliberação de reivindicações à educação escolar indígena. Na análise do PNE de 2014, os resultados confirmam que a maioria das estratégias para a educação escolar indígena configura-se como permanências de ações, sem atender ao movimento indígena, o qual continua na defesa do sistema nacional de educação que contemple a ampliação de investimentos para a educação escolar indígena específica e diferenciada. Não obstante, esse Plano Nacional, para o decênio, incorpore a necessidade de implantação do sistema nacional de educação e a ampliação do financiamento da educação pública, na definição percentuais do PIB que possibilitam o alcance da educação escolar indígena no país. Os resultados da análise do PME – 2015 de Manaus, nas especificidades à educação escolar indígena, não se consegue verificar ações inovadoras, porém o Plano reforça a implantação dos territórios etnoeducacionais e destaca o regime de colaboração específica. Nas propostas ao debate da II CONEII, a ser realizada em dezembro de 2017, constatam-se questões pontuais na defesa da consolidação da política nacional de educação escolar indígena, considerando os princípios de autonomia dos povos indígenas, do regime de colaboração e de participação, ampliando o diálogo e fortalecendo o protagonismo indígena. A implantação no decênio, tanto do PNE (2014-2024), quanto do PME (2015-2025) requer um acompanhamento e avaliação constantes, de acordo com as respectivas leis de aprovação. Por essa perspectiva de análise, os desafios permanecem na reafirmação da garantia do direito à educação para os povos indígenas e a consequente efetivação das metas e das estratégias para a concretização da educação escolar indígena bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas; Educação Escolar Indígena; Movimentos Indígenas; Planos de Educação; Conferências;

1. Doutora em Educação – UFMG. Professora Associada IV e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FACED da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa: Educação, Culturas e Desafios Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED/UFAM (Diretório CNPq). *E-mail*: gpinheiro@ufam.edu.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestre em Educação – UFAM. Professora Auxiliar do Departamento de Educação Escolar Indígena e Docente do Curso de Licenciatura em Formação de Professores Indígenas da Faculdade de Educação – FACED da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Pesquisadora do Grupo Educação, Culturas e Desafios Amazônicos do Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED/UFAM (Diretório de Pesquisa CNPq). *E-mail*: jonisenunes@hotmail.com [↑](#footnote-ref-2)